



Brasília, 15 de agosto de 2024.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA PESSOA IDOSA

No dia 07 de agosto a direção da FASUBRA participou da Audiência Pública, na Câmara dos Deputados para debater a proposta Instituição do Conselho Tutelar da Pessoa Idosa.

A audiência semipresencial foi conduzida pelo Deputados Alexandre Lindenmeyer (PT), com a participação de várias autoridades e entidades do movimento social, conforme relacionado:

ALEXANDRE DA SILVA - Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa/MDHC;
DANIELLA CRISTINA JINKINGS SANTANA (Confirmada) - Chefe de Projeto II do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS; MARIA CAROLINA PEREIRA ALVES Diretora do Departamento de Cuidados da Primeira Infância e da Pessoa Idosa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social;
RAPHAEL CASTELO BRANCO - Presidente do Conselho Nacional da Pessoa Idosa;
LUIZ LEGNANI (Confirmado) - Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP); DIÓGENES SANDIM MARTINS - Médico e Conselheiro Fiscal do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos; BERNARDO DE ALMEIDA TANNURI LAFERTE - Chefe de Gabinete da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

As intervenções foram críticas em relação à instituição do conselho tutelar, com entendimento de que as pessoas idosas não necessitam de tutela, mas sim, de cumprimento das políticas públicas que lhes garantam autonomia, inclusão e qualidade de vida.

Ao final da audiência foi aberto espaço para as entidades presentes, e a Coordenadora Geral Cristina del Papa, fez uma manifestação, reafirmando o compromisso da Federação com as lutas para inclusão e reconstrução do país, e se colocando à disposição para defender os direitos e a dignidade das pessoas idosas, em especial de aposentados e aposentadas da Categoria dos TAE.

Após a manifestação da FASUBRA, o deputado Lindenmeyer, elogiou a atuação da Federação e seu trabalho na busca de interlocução com a sociedade, ressaltando que as conquistas da greve se devem à essa capacidade de atuação de seus dirigentes. A FASUBRA foi representada nessa atividade pelas Coordenadoras Cristina del Papa, Crizolda Araújo e Rosângela Costa.

XVIII JORNADA LGBTI+

Nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 2024 aconteceu a XVII Jornada LGBTI+ em Brasília, organizada pela Aliança Nacional LGBTI+, entidade que atua em rede nacionalmente

e cuja missão é contribuir para a promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo e pessoas de outras orientações sexuais e identidades de gênero diversas (LGBTI+). A Jornada, que ocorre em parceria com outras redes, coletivos e indivíduos LGBTI+ incluiu a participação no **XXI Seminário LGBTI+ no Congresso Nacional** e no **Seminário do Programa Atena**, com apresentação dos resultados do levantamento das políticas públicas para LGBTI+ nas 27 capitais além de audiências com autoridades acerca da promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania da população LGBTI+ brasileira, na audiência pública "**Cenário de Violação e Proteção de Pessoas Defensoras e Comunicadoras Vinculadas às Questões de Gênero, Sexualidade e Raça**", promovido pelo Grupo de Trabalho Técnico (GTT) Sales Pimenta além de várias reuniões em diversos órgãos. Conforme anunciado no ID nº 4 de julho a Coordenação LGBTQIA+ da FASUBRA organizou uma reunião com representantes das bases que atenderam ao chamado para participação na Jornada.

06 de agosto - terça-feira

- **XXI Seminário LGBTI+ do Congresso Nacional**

A 21ª edição do evento marca os 25 anos da proibição da terapia de conversão sexual no Brasil. Com o tema "**Somos os que somos: 25 anos da proibição da terapia de conversão sexual do Brasil**", o evento objetivou analisar os avanços conquistados com a resolução do Conselho Federal de Psicologia, desde que a ótica sobre a comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, trans, travestis, intersexo e demais deixou de ter um viés fisiológico, patológico e medicamentoso para uma visão mais ampla e pautada na cidadania e na garantia de direitos universais e específicos, em especial nas áreas de educação, empregabilidade e saúde integral. O XXI Seminário LGBTQIA+ contou com a participação de especialistas de diversas áreas e representantes de movimentos sociais para apontar perspectivas para o próximo ciclo de lutas e conquistas para a garantia de vida digna para a comunidade LGBTQIA+, os desafios no combate à intolerância e a violência e a exclusão dos espaços de debate público e decisão. A FASUBRA esteve bem representada com as presenças de vários coordenadores e coordenadoras dentre eles Ivanilda Reis e Cristina Del Papa, da Coordenação Geral e André Nascimento, da Coordenação LGBTQIA+ além de alguns companheiros e companheiras encaminhadas por suas bases.

Destaca-se a Mesa 3 intitulada "**Os desafios da educação antiLGBTfóbica, da escola ao parlamento brasileiro**" que foi mediada pela deputada federal Erika Hilton (Psol-SP) e que contou com participação, de forma remota, do professor Erasto Fortes, Coordenador-geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da Secadi, representando o Ministério da Educação (Mec).

07 de agosto - quarta-feira

Na parte da manhã participamos da **reunião sobre empregabilidade LGBTI+** com a Coordenação Nacional do **Projeto Pride** na Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Escritório no Brasil. Fomos recebidos pela Coordenadora Raíla Alves e o assessor Pedro Cruz que nos apresentaram a proposta metodológica e resultados das primeiras fases do projeto. Chamou-se a atenção que a metodologia intitulada “Cozinha e Voz” surgiu com a instituição de ensino “Casa Poema” fundada pela atriz e escritora Elisa Lucinda em parceria com a atriz Geovana Pires. O projeto teve as instituições do Sistema S e o Ministério Público do Trabalho (MPT) como principais parceiros, sinalizando espaço para proposições das universidades e institutos federais.

A tarde a participação foi na Audiência pública intitulada "**Cenário de Violação e proteção de pessoas defensoras e comunicadoras vinculadas às questões de gênero, sexualidade e raça**" promovida pelo Grupo de Trabalho Técnico (GTT) Sales Pimenta. Instalado em 2023, Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta (GTT) é um coletivo constituído por representantes do Governo Federal e da sociedade civil, que tem atuado na elaboração de propostas para o Plano Nacional de Proteção e de um anteprojeto de lei sobre a Política Nacional aos Defensores dos Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas. Nesta atividade, o coordenador LGBTQIA+ da FASUBRA, André Nascimento, destacou na sua fala, representando a FASUBRA e o GT, a importância da defesa da comunidade universitária que estão na luta pela democracia e direitos humanos e que colocam suas vidas em risco.

08 de agosto - quinta

Pela manhã ocorreu, na Casa da FASUBRA, a reunião da Coordenação LGBTI com representantes enviados pelas entidades de base. Estiveram presentes:

- André Nascimento (Coordenador LGBTI)
- Ivanilda Reis (Coordenadora Geral)
- Toninho Lopes (Coordenador do GT na base do SINTUFES)
- Maria José (Diretora da pasta de Opressões do SINTETE- UFU)
- Natália (Assessora política do SINTET-UFU)
- Kalianny (base do SINDIEDUTEC - IFPR).

Ivanilda Reis abriu a reunião destacando a importância e a necessidade da organização dos Grupos de Trabalho (GT) na base e saudou todas as pessoas presentes reconhecendo os desafios postos para a FASUBRA como um todo por conta da dificuldade das pessoas assumirem-se. Na sequência, André Nascimento destacou as dificuldades enfrentadas sendo uma delas o baixo retorno ao questionário enviado às bases sobre o levantamento se existe GT ou coordenação que trate da pauta LGBTQIA+. Apenas 10 sindicatos responderam, destes 06 possuem a coordenação de combate a opressão 02 estão em andamento e 02 não possui coordenação. Sobre a existência de GT LGBTQIA+, 04 possui GT, 01 está em

andamento e 05 não possui GT. Em seguida cada um dos presentes relatou em que condições que se encontra a pauta nas suas bases.

- SINTUR-RJ (UFRRJ): GT criado, implementado e funcionando. Inclui pessoas para além dos filiados e filiações
- SINTUFES (UFES): GT criado, implementado e funcionando. Tem somente filiados e filiações.
- SINTET-UFU (UFU): GT criado, funcionou um tempo. Atualmente está parado.
- SINDIEDUTEC (IFPR): não tem GT

Toninho Lopes (UFES) destacou o trabalho do GT do SINTUR-RJ como uma referência positiva e que está construindo com seu coordenador um projeto piloto centrado na formação.

Dando sequência à programação da Jornada seguimos para a Secretaria Nacional LGBTI+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania para reunião com o Renato Cani, Secretário Nacional Substituto dos Direitos da População LGBTQIA+, e Iago Mendes, Diretor de Promoção e Defesa da População LGBTQIA+. O encontro discutiu o Seminário de Empregabilidade, programado para os dias 12, 13 e 14 de novembro em Brasília, o II Congresso Internacional da Aliança Nacional LGBTI+, que acontecerá em Curitiba entre 15 e 18 de janeiro de 2025, além do manual de empregabilidade e do Programa Empodera+ do governo federal. As organizações presentes ressaltaram a importância de unir esforços e ampliar parcerias para aumentar o alcance dessas iniciativas, promovendo a inclusão e a justiça social para a população LGBTI+.

No período da tarde participamos do lançamento da pesquisa Mapeamento das Políticas Públicas para a cidadania LGBTI+ nos governos das 26 capitais, promovida pelo Projeto Atena, atividade promovida pela Aliança Nacional LGBTI+ e o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+. O evento contou com presenças de parlamentares, representantes das organizações que compõe o Ecossistema de Impacto Social LGBTI+ e autoridades do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. De acordo com os resultados, das 26 capitais, 15 possuem Órgão Gestor de políticas públicas LGBTI+ (58%). Há 13 capitais sem Conselho LGBTI+ (50%) e 8 sem qualquer política matricial LGBTI+ (31%) como órgão gestor, conselho municipal e plano/programa com orçamento. daquelas que possuem Órgão Gestor (15), apenas 6 possuem Programa e 3 Plano específico para implementação de políticas públicas LGBTI+. Somente 5 capitais (19%) possuem diretrizes orçamentárias completas no PPA 2022-2025 (voltadas para prevenção, operação, atendimento específicas de políticas públicas LGBTI+ e 4 incompletas (15%). Desse total (9), 7 capitais possuem previsão orçamentária específica para o órgão gestor ou programa na lei orçamentária anual - LOA 2024 (27%), instrumento de previsão orçamentária de gastos no exercício financeiro anual, ou seja, garantem relevância às políticas públicas LGBTI+ na gestão de recursos da cidade.

Há quatro proteções legislativas municipais que se destacam nas capitais: institucionalização de datas comemorativas e históricas (62%), uso do nome social para pessoas trans (58%), reconhecimento de uma (ou mais) organização ou entidade LGBTI+ (38%) e sanções em caso de preconceito em razão de sexo, gênero ou



orientação sexual.

As capitais com maiores pontuações gerais refletem uma jornada contínua e regular de desenvolvimento das políticas públicas LGBTI+, necessariamente passando pela institucionalização do Órgão Gestor e Conselho Municipal. Apenas 4 capitais (São Paulo, Salvador, Natal e Maceió) ficaram acima de 3,0 (bom) e 13 capitais (50%) ficaram abaixo de 2,0 (insuficiente). Há 5 capitais (São Luís, Rio Branco, Palmas, Macapá e Boa Vista) sem qualquer tipo de política pública matricial ou direito na legislação municipal voltada para promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a população LGBTI+.

A pesquisa completa pode ser acessada através do link:
<https://datalgbti.com.br/atena/>

SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AO MMC

No dia 12 de agosto, às 10h, no Plenário do Senado, a FASUBRA participou da Sessão Solene em Comemoração aos 40 anos do MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, movimento este que luta pela construção de novas relações sociais e de gênero, políticas públicas, por um projeto popular de agricultura agroecológica e pelo fim de todas as formas de violência e opressão contra as mulheres. A data de 12 de agosto, também é marcada pela morte da líder sindical e camponesa Margarida Alves, assassinada a mando de latifundiários, e que a um ano foi alçada a compor o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Como representação da entidade, estiveram prestigiando o evento os diretores: Crizolda Assis, Mary Ribeiro e Roberto Machado. A solenidade foi requerida pela senadora Augusta Brito (PT-CE) e pela deputada Camila Jara (PT-MS), contando com a participação de diversas entidades ligadas a luta das mulheres, a sessão iniciou com a entoação da canção Sem medo de ser mulher, seguida de falas de diversas parlamentares, órgãos públicos e setores do movimento social ligados a luta das mulheres.

A sessão solene foi mais do que uma homenagem, mas um agradecimento do povo brasileiro a quem mantém a estrutura do Brasil de pé: as mulheres do campo. Se o campo não planta a cidade não janta, as mulheres são segundo dados da CIM a metade da força laboral do mundo, assim sendo não é possível que a luta pela soberania alimentar e por um novo modelo que promova a agroecologia e o combate a toda forma de violência de gênero e opressão, seja por vezes inviabilizado. As falas que se seguiram na solenidade giraram em torno de gratidão e agradecimento a luta das mulheres camponesas, assim como o reconhecimento do que já foi conquistada e a repactuação de novos compromissos com a causa.

REUNIÃO DA FASUBRA COM O MINISTÉRIO DAS MULHERES

Na tarde do dia 13, o plantão da Direção Nacional da FASUBRA foi recebido no



Ministério das Mulheres, em reunião com a assessora especial, Isis Menezes Táboas, pela coordenadora-geral de Cultura, Lucimara Cardozo e pela assessora do gabinete, Ana Maria Santos Rocha, representando a Ministra das Mulheres Aparecida Gonçalves.

Essa reunião ocorreu em virtude de uma solicitação feita pela representação da FASUBRA, diretamente ao gabinete da Ministra, com o objetivo de apresentar a Federação, pedir apoio às nossas pautas de reivindicações junto aos demais setores do Governo, e para discutir a possibilidade de construção de políticas públicas e administrativas para as mulheres. Além dessa reunião, a FASUBRA já solicitou audiência em outros 9 ministérios. Essa foi a primeira reunião em atendimento aos nossos pedidos.

A reunião iniciou com a FASUBRA apresentando ao Ministério das Mulheres as cartilhas com os projetos de “Por uma Universidade Cidadã para os trabalhadores e trabalhadoras”, de hospitais universitários, com as resoluções do XXIV Congresso Nacional da FASUBRA, e o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024. A representação da FASUBRA apresentou também alguns aspectos da Federação para conhecimento das assessoras da Ministra das Mulheres.

Em seguida, a FASUBRA solicitou às assessoras da Ministra, que apresentassem para a Federação, as ações políticas desenvolvidas pelo Ministério, e já apresentou, como encaminhamento dessa reunião, o pedido de estabelecimento de calendário de reuniões para debater temas que envolvem as mulheres, nas Instituições Públicas de Ensino.

As assessoras da Ministra, retomaram a fala, realizando um balanço histórico compreendendo o período de 2016 à 2024. Informou que, em 2016, antes do golpe jurídico midiático parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff, a Secretaria de Mulheres do Governo Federal possuía um orçamento de 236 milhões de reais; e que em 2022, a secretaria assumiu com um orçamento de apenas 23 milhões de reais; configurando, assim, um desmonte das políticas públicas que existiam, até naquele momento, que contribuía para a tentativa de reduzir o feminicídio e práticas violentas das quais as mulheres no Brasil são vítimas.

As assessoras informaram que, com o Governo Lula, que se iniciou em 2023, a Secretaria das Mulheres se transformou em Ministério das Mulheres, e no final de 2023 contou com um orçamento executado de 149 milhões de reais. Em 2024, o Ministério teve um orçamento previsto de 480 milhões de reais (verbas do tesouro nacional + emendas parlamentares); mas que, em virtude da política fiscal em vigor, o orçamento já teve um corte aproximado de 20% (96 milhões de reais), e que o Ministério ainda está sujeito a sofrer novos cortes, até ao final desse ano. As assessoras ainda informaram que, se levar em consideração a construção de políticas conjuntas, políticas transversais com outros Ministérios, a execução orçamentária nesse ano de 2024 pode chegar a 200 bilhões de reais.

Além disso, informaram que o Ministério das Mulheres trabalha hoje centralmente em três frentes. Uma frente liderada pela *Secretaria de Autonomia Econômica e Política de Cuidados*, outra liderada pela *Secretaria Nacional de Articulação Institucional*,

Ações Temáticas e Participação Política e a terceira, liderada pela *Secretaria de Enfrentamento a Violência contra Mulheres*. Informaram que, nesse momento, o Ministério está concentrado na realização da **Campanha Femicídio Zero – Nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada**, que foi lançada no dia 7 de agosto, marcando o **aniversário de 18 anos da Lei Maria da Penha** e o “Agosto Lilás”. Nesse sentido, o Ministério das Mulheres convidou a FASUBRA Sindical para assinar a carta da Campanha que é será subscrita por diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Foi mencionado na reunião que, apesar da importância da Lei 14.611/23, sancionada pelo Governo Lula, em julho de 2023, que preconiza a igualdade salarial entre homens e mulheres, ainda há muita luta a se fazer para alcançar o objetivo proposto pela Lei, uma vez que os últimos relatórios de entidades de pesquisa apontam que ainda existe disparidade salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo na iniciativa privada.

Por fim, as assessoras informaram que apresentarão para a Ministra o conteúdo e as solicitações apresentadas pela direção da FASUBRA nessa reunião, e já adiantou que o Ministério das Mulheres, a partir de suas Secretarias, se compromete a estabelecer com a uma agenda de reuniões para tratar de temas que envolvam as mulheres nas Instituições Públicas de Ensino, e solicitaram que a Federação formalize uma proposta de cronograma com temas e datas para a construção da agenda. Informou, ainda, que uma reunião poderá abordar mais de um tema. Na oportunidade, a FASUBRA informou que apresentará uma proposta com datas e temas, que envolvam a construção de creches e lavanderias públicas nas Universidades e Institutos Federais, bem como temas que envolvem as mulheres na terceira idade; serão propostos pelo cronograma a ser enviado para o Ministério das Mulheres.

FASUBRA PARTICIPA DA POSSE DE NOVOS MEMBROS DO CNE

Em cerimônia realizada nesta terça-feira, 13 de agosto, em Brasília (DF), o ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, empossou os 13 novos conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE). Eles representam a sociedade civil e possuem amplo reconhecimento nas áreas de educação, ciência e cultura. A designação foi feita pela Presidência da República, por meio de Decreto Presidencial publicado no dia 5 de agosto.

O evento aconteceu no Auditório Anísio Teixeira, localizado na sede do CNE, e contou com diversas autoridades, como parlamentares, presidentes de entidades e ministros de tribunais.

A FASUBRA foi representada por sua Coordenadora de Administração e Finanças Marcia Abreu e por Sergio dos Santos Neves da direção nacional, “A FASUBRA que também representa os Técnico-administrativos em Educação procura participar de todos os eventos que dizem respeito a qualidade da educação e a valorização da educação, e esta posse nos traz uma expectativa diante dos trabalhos que esses conselheiros irão desempenhar para o bem da educação e para o futuro de nosso País” Avaliou Marcia.



O ministro Camilo Santana afirmou que o CNE tem enormes desafios a serem enfrentados, como a avaliação e o monitoramento do Plano Nacional da Educação (PNE), que foi encaminhado ao Congresso Nacional e deverá ser votado ainda neste ano. Outros pontos destacados pelo ministro foram a elaboração das diretrizes nacionais para o ensino médio, a discussão sobre a qualidade da educação a distância e a regulação dos cursos de ensino superior, por exemplo os de medicina.

Os novos integrantes do CNE vão atuar com outros nove, que foram nomeados em 2022 e possuem mandato até 2026. Na Câmara de Educação Básica, foram empossados: Antônio Cesar Russi Callegari; Cleunice Matos Rehem; Gastão Dias Vieira; Givânia Maria da Silva; Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho; Israel Matos Batista; Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva; e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa.

CALENDÁRIO

AGOSTO

21	Reunião com a Diretoria Executiva da EBSEH
22 e 23	Reunião da CNSC

SETEMBRO

24 e 25	Reunião Direção Nacional
26 e 27	Seminário sobre Carreira
28 e 29	Plenária Nacional

OUTUBRO

14 a 18	XX Seminário Nacional da Segurança das IFE e EBTTs - UFPE
28	Dia do Servidor Público

NOVEMBRO

11 a 14	Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação - UERJ
20	Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra
25	Dia Nacional de Luta pelo fim da violência contra as mulheres
25 a 29	XI Encontro Nacional da CIS - UFRN